



Jornal Notícias

12-10-2015

Periodicidade: Diário	Temática: Economia
Classe: Informação Geral	Dimensão: 1053
Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
Tiragem: 110603	Página (s): 1/13

Desviou 1,8 milhões de falsas dívidas ao Fisco P. 13

Fraude Técnico oficial de contas acusado pelo Ministério Público de forjar documentos fiscais para desviar dinheiro de empresa de distribuição alimentar. Firma enganada com contas elevadas de IVA a pagar ao Estado. Golpe durou mais de cinco anos

Burla de 1,8 milhões de euros com falsas dívidas ao Fisco

Nuno Miguel Maia
nunomma@jn.pt

► Foi um simples mas engenhoso esquema que passou despercebido durante mais de cinco anos. Um técnico oficial de contas da Arcol, uma grande empresa do ramo da distribuição alimentar com sede em Guimarães e filiais em Lisboa e Faro, conseguiu enganar os patrões levando-os a pagar dívidas às Finanças que pura e simplesmente não existiam. Embolsou 1.765 milhões de euros e está agora acusado pelo Ministério Público por crimes de burla qualificada, falsificação de documentos e branqueamento de capitais.

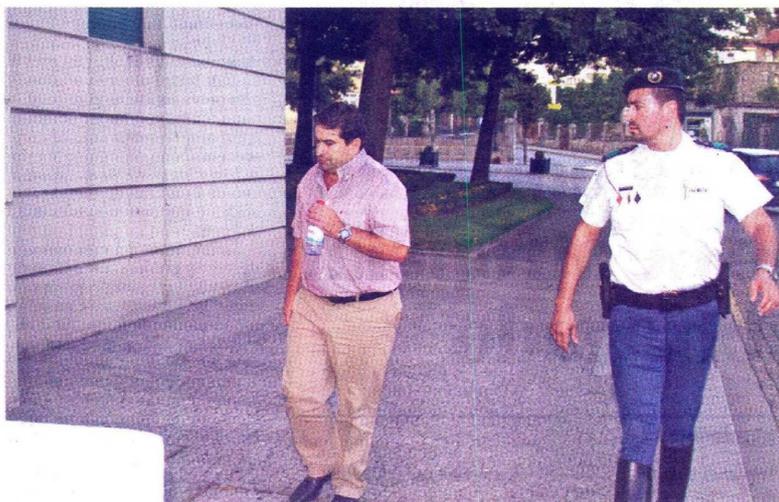
Alcino Filipe Leite Ribeiro, 46 anos, era o único contabilista que controlava as contas daquela em-

Acusado fazia crer que a firma tinha de pagar IVA quando na verdade tinha de receber

presa de "cash & carry". A administração depositava inteira confiança e o esquema de burla iniciou-se em abril de 2009, só terminando em agosto do ano passado, quando foi descoberto.

Tudo começava com declarações submetidas pelo contabilista através do Portal das Finanças em nome da empresa. Segundo a investigação do Ministério Público de Guimarães, Alcino introduzia no portal dados falsos destinados a declarações trimestrais de IVA que resultavam numa avultada conta a pagar pela empresa: geralmente quantias superiores a 50 mil euros.

O técnico oficial de contas imprimia a guia de pagamento com os dados fictícios e apresentava-a nos serviços da firma, a fim de ser emitido um cheque no valor assinala-



Alcino Ribeiro, 46 anos, está atualmente em prisão domiciliária, sob vigilância de pulseira eletrónica

do. Os administradores assinavam. De seguida, Alcino conseguia depositar os cheques em contas pessoais ou de uma empresa de acessórios automóveis - a Mirauto Lda. - de que é sócio e gerente.

Só que, na verdade, a empresa nunca tinha de pagar IVA ao Fisco. Pelo contrário: num correto acerto entre as compras e as vendas, tinha de receber do Estado, geralmente, quantias inferiores ou a rondar mil euros. Alcino sabia disso e, após imprimir as guias de pagamento falsas para enganar a administração da Arcol, introduzia os dados verdadeiros no Portal das Finanças.

Justiça arresta bens

Na contabilidade, o técnico oficial de contas também conseguia ocultar o esquema. Nunca inseria as saídas de dinheiro na rubrica das "contas com o Estado". Os falsos pagamentos ao Fisco eram introduzidos



Empresa lesada tem sede em Guimarães e filiais em Lisboa e Faro

na rubrica das "compras" ou numa conta-corrente com a sua empresa, Mirauto - que nunca fizera negócios com a Arcol. Assim, as contas finais batiam todas certo, pelo menos na parte das saídas de dinheiro. Por outro lado, para a empresa estava tudo

bem, pois não tinha dívidas fiscais. A empresa só descobriu a burla em agosto de 2014, durante um período de ausência de Alcino Ribeiro. O contabilista foi denunciado às autoridades e alvo de buscas, tendo sido recolhidas provas dos desvios

pormenores :

161

mil euros foi quanto o contabilista gastou em subscrição, junto da seguradora Ocidental, de apólices de seguros de vida.

Mais de 6500 clientes

Com sede em Guimarães e filiais em Lisboa e Faro, a Arcol fornece a maioria dos supermercados da zona de Guimarães. Tem uma carteira de mais de 6500 clientes.

Em prisão domiciliária

Alcino Filipe Leite Ribeiro, 46 anos, chegou a estar em prisão preventiva. Mas atualmente está em prisão domiciliária, sob vigilância de pulseira eletrónica. Reside em Fontiscos, Santo Tirso.

Desvios até junho de 2014

O Ministério Público de Guimarães descreve a prática criminosa como tendo ocorrido entre 10 de abril de 2009 e 18 de junho de 2014. O dinheiro desviado foi convertido noutros bens.

e do destino do dinheiro da Arcol. Segundo a investigação, mediante quebra do sigilo bancário, as verbas foram aplicadas em pagamentos de vários empréstimos para aquisição de imóveis, em prestações de contratos de leasing e ainda em letras de câmbio.

A acusação considera que os quase 1,8 milhões foram obtidos ilícitamente e, através do Gabinete de Recuperação de Ativos, determinou o arresto de todo o património adquirido pelo contabilista e ainda que todo aquele que já passou pela sua titularidade, tendo sido transmitido a outras pessoas. O julgamento ainda não está marcado. ●